



Sem taxa bancária de administração dos depósitos judiciais, TJ-SP acabaria

Fosse uma empresa, a Justiça de São Paulo figuraria no grupo das maiores do país. Tem 61 mil servidores e mais de dois mil magistrados, espalhados em 700 prédios. Tem ainda um dos maiores tribunais do mundo e o maior do Brasil, responsável por mais metade de todo o Judiciário estadual do país.

Segundo dados do relatório *Justiça em Números*, do Conselho Nacional de Justiça, a Justiça Estadual recebeu 1,8 milhão de casos novos em segundo grau em 2010. São Paulo respondeu por 521 mil dessas ações. Do 1,4 milhão de casos pendentes em segunda instância, São Paulo foi responsável por 714 mil.

Assim, é natura

Orçamento 2012 do TJ-SP	
Fonte de recurso	Total (em R\$)
Tesouro do estado	5.7 bilhões
Vinculados estaduais	323 milhões
Fundo Especial de Despesas	852.4 milhões
Vinculados federais	10 mil
Total	6.8 bilhões

l que o orçamento do TJ corresponda à analogia. Dos R\$ 6,8 bilhões computados para 2012, R\$ 5,7 bilhões vêm do Tesouro estadual e o restante do Fundo Especial de Despesas, onde entra o dinheiro correspondente às custas e emolumentos referentes a processos e às taxas recebidas do Banco do Brasil, que administra os recursos referentes a processos depositados em conta.

É o depósito que tem sido erroneamente chamado de *spread*. Ele nada mais é do que uma taxa paga pelo banco em troca de ter em caixa os depósitos recursais. Esse valor é utilizado pelo TJ para pagar suas despesas com água, luz, telefone, gás, aluguel, limpeza, segurança, e também para dar conta dos investimentos administrativos necessários.

O dinheiro do Tesouro é utilizado quase inteiro com os salários dos servidores. A folha de pagamento consome 96,5% dos recursos desta fonte. A administração da folha também está sob administração do BB, que pagou por isso R\$ 240 milhões.

Segundo o presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, a parte mais importante da composição é a taxa de administração dos depósitos recursais, conhecida equivocadamente como *spread*. Sob administração do Banco do Brasil, o TJ hoje em dia acumula um total de R\$ 36 bilhões, sobre os quais cobra uma taxa mensal de 0,235%, aproximadamente R\$ 840 milhões por mês.

De acordo com Sartori, sem o dinheiro da taxa, o TJ-SP acabaria, pois não haveria como manter todo o aparato físico necessário ao tribunal, nem a segurança privada, já que a Polícia Militar não possui contingente para dedicar ao judiciário. “Acabar com a taxa é enriquecer o banco e empobrecer a Justiça. O dinheiro não é do contribuinte, e se não fosse para o Tribunal, ficaria com o banco”, afirma o presidente.

Date Created

18/08/2012